

1.2 — De carácter específico:

- a) Zelar e controlar a execução das tarefas de cobrança;
- b) Organizar e controlar a elaboração de mapas diários e mensais, bem como a recolha dos PA, nomeadamente PA 10, PA 11, PA 20, PA 3 e PA 4;
- c) Organizar e executar todas as tarefas com vista à elaboração das contas de gerência;
- d) Zelar pela boa organização do espaço físico destinado à secção, bem como dos respectivos equipamentos;
- e) Imposto municipal sobre veículos e impostos rodoviários (ICA/ICI):

Organizar as declarações e notas e proceder à recolha informática relacionada com os pagamentos;

Apreciar e decidir pedidos de isenção e fornecimentos de dísticos da competência do Serviço de Finanças, com excepção das situações em que haja motivo para indeferimento;

Fiscalização e controlo interno.

2 — Substituições:

2.1 — Na minha ausência ou impedimento, substitui-me o adjunto já anteriormente nomeado, João Carlos Antunes dos Reis Camacho, TAT 1, cuja delegação de competências já havia sido publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12 de Maio de 2005.

2.2 — Na ausência ou impedimento de um dos adjuntos, as competências nele delegadas transferem-se para o funcionário substituto da referida secção.

Observações

1 — Tendo em atenção o conteúdo doutrinário da delegação de competências, designadamente o disposto no artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo, o delegante conserva, entre outros, os seguintes poderes:

- a) Chamamento a si, a qualquer momento e sem formalidades, da tarefa de resolução de assuntos que entender conveniente, sem que isso implique a derrogação, ainda que parcial, do presente despacho;
- b) Direcção e controlo sobre actos praticados pelo delegado, bem como a sua modificação ou revogação.

2 — Este despacho produz efeito a partir da data da sua assinatura, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo funcionário aqui delegado.

3 — Em todos os actos praticados no exercício transferido da competência, o delegado fará menção expressa dessa competência utilizando a expressão «Por delegação de competências do Chefe de Finanças, o Adjunto» ou outra equivalente.

16 de Junho de 2005. — O Chefe do Serviço de Finanças de Peniche, *José Lima Pereira da Cruz*.

Direcção-Geral do Património

Aviso (extracto) n.º 6678/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Junho de 2005, nomeio Maria de Lurdes Tamborino Martins, precedendo concurso e obtida confirmação de cabimento orçamental da 3.ª delegação da Direcção-Geral do Orçamento, em comissão de serviço, durante o período probatório, em lugar de telefonista da carreira de pessoal auxiliar do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir da data da assinatura do termo de aceitação.

30 de Junho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Manuela Brandão*.

Inspeção-Geral da Administração Pública

Despacho (extracto) n.º 15 270/2005 (2.ª série). — Por despacho do inspector-geral de 29 de Junho de 2005:

Licenciada Maria Isabel da Silva Pinto Salvado, especialista de informática, grau 2, nível 2, da carreira de especialista de informática, de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Pública — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de especialista de informática, grau 3, nível 1, da mesma carreira e quadro, considerando-se exonerada do lugar anterior à data de aceitação do novo lugar.

29 de Junho de 2005. — O Inspector-Geral, *Rui Pessoa de Amorim*.

Inspeção-Geral de Finanças

Aviso n.º 6679/2005 (2.ª série). — Por despachos do presidente do Instituto do Ambiente de 16 de Dezembro de 2004 e do inspector-geral de Finanças de 29 de Junho de 2005:

Ana Cristina da Silva Ferreira, técnica de ambiente principal — transferida para a categoria de técnica profissional principal, da carreira técnico-profissional, do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, com efeitos a 1 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Junho de 2005. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Instituto de Gestão do Crédito Público, I. P.

Aviso n.º 6680/2005 (2.ª série). — De harmonia com o disposto na parte final do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 125/92, de 3 de Julho, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa de juro para o mês de Julho de 2005, já multiplicada pelo factor 0,96, é de 1,281 11 %.

28 de Junho de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Pontes Correia*.

Aviso n.º 6681/2005 (2.ª série). — De harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa média a vigorar no mês de Julho de 2005 é de 1,334 49 %, a qual multiplicada pelo factor 1,10 é de 1,467 94 %.

28 de Junho de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Pontes Correia*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**MARINHA****Superintendência dos Serviços do Pessoal****Direcção do Serviço de Pessoal****Repartição de Sargentos e Praças**

Despacho n.º 15 271/2005 (2.ª série). — Por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, promovo por antiguidade ao posto de sargento-ajudante da classe de enfermeiros, ao abrigo da alínea c) do artigo 262.º e do n.º 4 do artigo 165.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o seguinte militar:

414982, primeiro-sargento HP Altino do Nascimento Torrado Luís.

Promovido a contar de 7 de Maio de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, vaga existente no quadro de sargento-chefe resultante do abate ao efectivo da armada do 166276, sargento-chefe H Jorge Manuel Pereira Cordeiro.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 424282, sargento-ajudante H Vítor Manuel Ferreira dos Santos Botas.

27 de Junho de 2005. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 15 272/2005 (2.ª série). — Por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, promovo ao posto de segundo-marinheiro em regime de contrato (RC) da classe de mergulhadores, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), os seguintes militares:

9318904, primeiro-grumete U RC Rodrigo Miguel Sequeira Quaresma.

9318604, primeiro-grumete U RC Tiago Calado de Oliveira.

9319104, primeiro-grumete U RC Bruno Gabriel Silva Leite.
2036603, primeiro-grumete U RC Ricardo Miguel de Jesus Castanheira.
9318804, primeiro-grumete U RC Bruno Edgar Bompastor Sequeira.
9318704, primeiro-grumete U RC Fábio Alexandre Inverno Mendes.
9318504, primeiro-grumete U RC Fábio Jorge Barreira Tita.

Promovidos a contar de 23 de Junho de 2005.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9308802, segundo-marinheiro U RC Pedro Nuno Silva Real Seabra Rocha, pela ordem indicada.

27 de Junho de 2005. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 15 273/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 7 de Junho de 2005:

Licenciado Bruno Pinheiro Sousa Rodrigues de Sá, subdirector-geral da Administração da Justiça — designado para me substituir nos casos de ausência ou impedimento, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 102/2001, de 29 de Março. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Junho de 2005. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Rectificação n.º 1196/2005. — Rectifica-se o despacho n.º 14 301/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 29 de Junho de 2005, a p. 9500, relativo ao destacamento da licenciada Maria Cecília Rocha Coelho, pelo que onde se lê «autorizado o destacamento para exercer funções nos serviços centrais desta Direcção-Geral» deve ler-se «autorizado o destacamento para exercer funções na Conservatória dos Registos Centrais»

30 de Junho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15 274/2005 (2.ª série). — Pretende a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., no âmbito da implantação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, executar o projecto do Subsistema de Vilar, no concelho de Moimenta da Beira, utilizando para o efeito 2000 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), cuja última versão foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/96, de 13 de Setembro.

Considerando as justificações apresentadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., para a localização e realização desta obra;

Considerando a área total da REN a afectar e a incidência nos diferentes sistemas, de uma forma geral, a longo prazo, esta obra provocará mais benefícios que prejuízos, potencializando as funcionalidades dos sistemas da REN;

Considerando que a disciplina constante no regulamento do Plano Director Municipal de Moimenta da Beira, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/95, de 31 de Janeiro, com a alteração dada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/97, de 9 de Dezembro, não obsta à realização da obra;

Considerando o parecer emitido pela CCDR-N;

Considerando as medidas de minimização enunciadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., a aplicar na fase de construção, tendo em conta a sensibilidade e vulnerabilidade do sistema REN a afectar, bem como das características da obra, na fase de construção a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., deverá dar ainda

cumprimento às medidas de minimização/recomendações expressas no parecer da CCDR-N, designadamente:

- Deverá ser obtida autorização formal do proprietário marginal para intervir dentro do limite da sua propriedade, especialmente no corredor marginal definido por 10 m de largura;
- A área de intervenção deverá ser confinada ao mínimo necessário para a execução das obras;
- Os trabalhos de recuperação da vegetação deverão ser efectuados através da plantação de espécies autóctones;
- A rejeição de resíduos em linhas de água é proibitiva, tendo estes de ser encaminhados para um depósito adequado, fora da REN;
- É interdita a queima de resíduos ou entulhos a céu aberto;
- As operações de manutenção dos equipamentos devem ser efectuadas em locais próprios, de forma a evitar derrames acidentais de combustíveis e ou lubrificantes;
- Deverá ser restringido o tempo de trabalho ao mínimo indispensável.

Assim, desde que cumpridas as medidas de minimização referidas anteriormente, além das medidas enunciadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como REN:

Determina-se:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, que seja reconhecido o interesse público da construção da ETAR de Vilar no concelho de Moimenta da Beira.

23 de Junho de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 15 275/2005 (2.ª série). — A Câmara Municipal de Mértola deliberou em 3 de Março de 2004 proceder à revisão do Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/95, de 6 de Dezembro.

Considerando o teor da acta da reunião preparatória realizada no dia 3 de Março de 2005, em cumprimento do n.º 11.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta o relatório apresentado pela Câmara Municipal de Mértola para efeitos de fundamentação da necessidade de revisão do Plano Director Municipal, em cumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e do n.º 9.º da Portaria n.º 290/2003 de 5 de Abril;

Considerando ainda a proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Mértola:

Assim, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação (CMC) que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Mértola, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria 290/2003 de 5 de Abril.

2 — A CMC integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades:

- a) No âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2.º da Portaria 290/2003, de 5 de Abril:

- Instituto Português do Património Arquitectónico;
- Instituto Português de Arqueologia;
- Direcção-Geral do Turismo;
- Instituto da Água;
- Estradas de Portugal, E. P. E.,
- Direcção Regional do Alentejo do Ministério da Economia;
- Direcção Regional da Agricultura do Alentejo;
- Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
- Direcção Regional de Educação do Alentejo;
- Região de Turismo da Planície Dourada;
- Instituto Marítimo-Portuário;
- Capitania de Vila Real de Santo António;
- Parque Natural do Vale do Guadiana;
- Administração Regional de Saúde de Beja;

- b) Nos termos da alínea b) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

- Câmara Municipal de Mértola;
- Conselho Municipal de Educação;